

Intersecção entre psicanálise e atendimento público: o atendimento psicológico aos adolescentes do CEPEA/UFG

Marcela França de Almeida¹
Fernanda Almeida²
Jaquelyne Rosatto³
Laiury Silva⁴
Mariah Guerra⁵
Marialice Segatto⁶
Kézia Santos⁷

¹Professora adjunta do curso de Psicologia da UFG. E-mail: marcelapsiufg@gmail.com

²Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto. E-mail: nandarezenderodrigues@gmail.com

³Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: j.rosatto@hotmail.com

⁴Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: laiury@hotmail.com

⁵Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: mariahnguerra@gmail.com

⁶Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: licesegatto@hotmail.com

⁷Discente do curso de Psicologia da UFG e voluntária do projeto.

E-mail: kezinhars@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as experiências obtidas a partir dos atendimentos a adolescentes realizados no projeto de extensão *Atendimento psicológico aos adolescentes do NECASA*, vinculado à Universidade Federal de Goiás, sob coordenação da professora Doutora Marcela França de Almeida, com início em 2011. Os atendimentos acontecem sob orientação psicanalítica, que tem como regras a associação livre, ou seja, a livre fala do paciente, e a escuta a partir da atenção flutuante. Para além dos atendimentos, há grupos de estudo e supervisão que acontecem semanalmente. A inserção da psicanálise se mostrou extremamente rica no contexto do atendimento público, permitindo a discussão acerca da relação entre teoria e prática e uma melhor compreensão acerca dos conflitos adolescentes, dentro de um contexto social que nega seus sofrimentos.

Palavras-chave: Atendimento público; Clínica; Psicanálise; Adolescente.

ABSTRACT

Intersection between psychoanalysis and public care: psychological counseling to adolescents from CEPEA / UFG

The present work has the goal to discuss the experiences gotten by the clinical assistance to adolescents of an extension project from the Federal University of Goiás (UFG), which is coordinate by the Professor Dr.^a Marcela Franca de Almeida, called *Psychological assistance to adolescents from NECASA* which has begun in 2011. Those assistances occur with psychoanalysis method orientation, that has as only rule the free association of words said by the patient, combine with the listening of a floating attention by the psychology student. In addition to the assistance, there is also study groups and weekly supervision to discuss the clinical sessions. The works show that psychoanalysis is extremely rich to work in a public context. This turned possible to discuss around the relation between the psychoanalysis theory and its method, and also a better understanding about the adolescents conflicts in a social context that denies their suffering.

Keywords: Public care; Clinical; Psychoanalysis; Adolescents.

BREVE HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é fruto do projeto de extensão *Atendimento psicológico aos adolescentes do NECASA*, coordenado pela professora Dr^a. Marcela França de Almeida, com a participação dos alunos de psicologia Camila Roldão, Fernanda Almeida, Hélio Quinan Neiva, Laiury Silva, Lana Magna de Sousa, Jaquelyne Rosatto, Mariah Guerra, Marialice Segatto e Kézia Santos, que teve início em maio de 2011.

O Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente – NECASA foi criado em 17 de novembro de 1988 e surgiu de um programa multidisciplinar interno ao Hospital das Clínicas/UFG. O núcleo passou por uma transição para a Faculdade de Educação/ UFG e, mediante as transformações de seu regulamento, conseqüentemente sofreu uma modificação em sua nomeação. Hoje está configurado como um Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão do Adolescente (CEPEA).

A história do Centro é marcada pela grande demanda de atendimento psicológico público, por parte das famílias e de outras instâncias sociais voltadas a ações de atenção e cuidado do adolescente. Propondo o estudo e a prática de uma clínica individual para o público que procura os serviços do CEPEA, o projeto em questão favorece a reflexão e permite compreender de modo mais amplo as queixas sustentadas por diagnósticos que acabam patologizando conflitos psíquicos inerentes a esse período marcado por conflitos psíquicos, que é a adolescência. Apesar de a faixa etária em números não dizer realmente de uma fase subjetiva fechada, estabeleceu-se o atendimento entre os pré-adolescentes de onze anos até os dezoito anos de idade. As características que norteiam a escolha dessa faixa etária são: a maturação sexual do corpo, tendo em vista a puberdade, e os confrontos e conseqüentes conflitos com os responsáveis e com as instituições secundárias às quais os adolescentes estão submetidos.

Apesar de, em um primeiro momento, a questão dos pedidos por atendimento serem feitos pelas instituições socializadoras e postos como uma convocação emergencial ao órgão (CEPEA), o presente projeto de extensão não tem por objetivo responder diretamente à demanda por atendimento psicológico, como mais um espaço educativo. O que orienta o projeto é a possibilidade de se trabalhar com construções psíquicas, o sofrimento falado pelo adolescente, em meio a suas particularidades culturais e singulares. Postura que aponta para a necessidade de repensar criticamente as condições de atendimento psicológico nas instituições públicas.

Mais especificamente, ao seu início, o projeto teve como objetivos a caracterização do perfil dos sujeitos que procuram o atendimento no CEPEA, por meio da coleta de dados realizada por um aluno do curso de psicologia e de um assistente social. Essa coleta de dados para a rede pública é feita a partir de uma entrevista semiestruturada que abarca os dados pessoais, a queixa e a indicação. A posteriori, inicia-se o atendimento psicológico de cunho psicanalítico, juntamente com um pensar sobre a clínica institucional e suas implicações a partir da realidade de seu público frente às questões teóricas e técnicas, bem como seu essencial desdobramento intelectual envolvendo extensão e pesquisa.

Diferente da perspectiva médica que visa uma cura, a perspectiva psicológica permite a tradução das queixas do paciente, por meio da escuta, aproximando o sujeito dos sentidos de seu conflito e de uma construção significativa em torno do *Pathos*, da experiência no limite do espanto. Esse é um processo de reconstrução simbólica, que permite ao adolescente rever-se em uma identidade distinta, não referida ao patológico, mas às paixões que movem o sujeito até o limite de sua experiência subjetiva (*Pathos*).

METODOLOGIA

Como foi frisado, ao início do projeto, o Centro passava por uma transição o que apontou para a necessidade de uma reorganização sobre as práticas de atendimentos realizados nesse espaço. Constatou-se que até o ano de 2010 e meados de 2011 os registros de acolhimento e encaminhamentos eram feitos em um caderno que não seguia um padrão em relação aos dados dos pacientes acolhidos pela equipe da instituição. Assim, alguns dados de acolhimento apareciam em alguns registros, outros sequer eram mencionados e não se sabe ao certo se é uma falha da coleta ou se os dados não haviam sido informados pela família do paciente que estava sendo acolhido. A fim de solucionar essa falha, em 2011 foi formulada uma ficha que padronizou a coleta de dados do acolhimento. Nesta ficha constam dados pessoais, queixas, encaminhamentos, hipótese diagnóstica, indicações de atendimento, entre outros. E a partir dessas fichas (2011) foi possível iniciar a tabulação dos dados dos acolhimentos e atendimentos realizados no antigo CEPEA (esses dados são documentos internos ao centro sem acesso ao público). O primeiro passo da equipe foi identificar o perfil dos adolescentes atendidos por meio da triagem já citada.

Após essa coleta e posterior análise dos dados, os alunos que integram o projeto de extensão deram início ao trabalho de atendimento psicológico dos adolescentes. Em um primeiro momento, a equipe entrou em contato com os responsáveis dos adolescentes que já haviam passado pelo acolhimento e estavam aguardando vaga. Os atendimentos tiveram início em outubro de 2011 e são caracterizados pelo atendimento individualmente com orientação metodológica psicanalítica, ou seja, fundamentada na regra da fala pela associação livre e da escuta pela atenção fluente. Além disso, buscando aprimorar os atendimentos, bem como a formação dos alunos, semanalmente ocorrem outras atividades internas ao projeto, como as supervisões dos atendimentos e grupo de estudos.

Concomitante às supervisões, seguiu-se uma série de estudos teóricos partindo dos textos psicanalíticos freudianos e lacanianos, tanto para os estudos sobre a clínica, quanto sobre o tema específico da adolescência. O que proporcionou vários questionamentos e reflexões da práxis psicanalítica com a especificidade da instituição e o público que procura atendimento no CEPEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: AO ENCONTRO DO SUJEITO

De modo geral, as queixas que levaram os médicos, coordenadores de escolas e juízes a encaminharem os adolescentes para atendimento psicológico foram: dificuldades no desempenho escolar, comportamentos julgados inadequados pelos

pais (agressividade, insegurança, timidez, nervosismo, sentimento de menos valia, tristeza). Apenas um adolescente foi encaminhado devido a diagnóstico de doença de origem psicossomática. Dentre as queixas mais frequentes feitas pela escola estão: mau desempenho acadêmico (reprovações, notas baixas, desatenção), aspectos comportamentais e interpessoais (agressividade, dificuldade de relacionamento, indisciplina, instabilidade emocional, furtos). As instâncias jurídicas encaminharam os adolescentes em casos de agressividade, suspeita de uso de drogas, violência física e psicológica, dificuldades de relacionamento e problemas na escola.

Como principal queixa identificou-se, independente do encaminhamento, dificuldades na escola, que abrangem problemas de aprendizagem, atenção e indisciplina. Em seguida, outra demanda que se destaca nos acolhimentos realizados são problemas comportamentais, relatados como agressividade, dificuldade de relacionamento e instabilidade emocional. Além dos aspectos comportamentais, um terceiro grupo se destaca com queixas referentes à falta de interesse, timidez e tristeza.

Os serviços do CEPEA são direcionados aos adolescentes de baixa renda e que moram em regiões periféricas da cidade. Tal fato não indica que o atendimento se enquadre em uma perspectiva assistencialista ao voltar atenção ao sofrimento psíquico desses sujeitos. Há também uma contrapartida desses indivíduos à formação dos estudantes de psicologia envolvidos nos atendimentos que possibilitam a elaboração e reflexão de uma práxis crítica, ao mesmo tempo em que são acolhidas as demandas sociais.

Destaca-se que, logo nos primeiros momentos de contato com os adolescentes e responsáveis, no acolhimento, já é possível ter acesso a uma repetição discursiva que aponta para alguns elementos que insistem em se apresentar ao longo dos atendimentos. A discrepância entre as queixas da família e do adolescente é algo a ser considerado. As queixas das instâncias encaminhadoras dos adolescentes são relacionadas a problemas na escola (desde dificuldades de aprendizagem até agressividade), comportamentos julgados inadequados (uso de drogas, por exemplo) e infrações. Já os adolescentes queixam-se de dificuldades na relação com as figuras parentais. O que nos leva a uma importante e paradoxal questão que implica um desconhecimento, ou melhor um esquecimento, por parte dos responsáveis do que carece um adolescente. Os desdobramentos desse esquecimento se apresentam de forma ainda mais explícita na dificuldade de proporcionar limites que se apresentam mais como balizas para o caminho desse sujeito, do que impossibilidades para as suas construções subjetivas.

A adolescência é considerada um advento da modernidade e, assim sendo, ainda é pouco compreendida. Os adolescentes se encontram na transição da vida infantil para a vida adulta e é nesse período que se deparam com o furo na idealização de seus pais. Assim, procuram respostas que ainda não lhes foram dadas. A adolescência é um marcador cultural que informa que sujeitos em (trans)formação buscam saber sobre seus desejos e o lugar que ocupam em suas relações.

O psicanalista Contardo Calligaris (2000) caracteriza a adolescência como um período conturbado, de duração misteriosa, em que o sujeito possui características suficientes para se tornar adulto, porém ainda não o é reconhecido como tal,

nesta perspectiva o sujeito em questão fica sem lugar no contexto social buscando outras formas de se encaixar. Os fatores que tornam a adolescência um período de difícil compreensão podem ser explicados se retornarmos ao desenvolvimento do sujeito.

A adolescência é a retomada das pulsões sexuais que após a infância se encontravam em estado de latência. Esse é um momento de retomada de impulsos que ficaram reservados a um tempo de desvio do sexual, sendo que esse não desapareceu, mas se dirigiu a outros feitos mais culturais e não diretamente erógenos. Freud (1905), em seu texto *Três ensaios sobre a sexualidade*, aponta para uma sexualidade difásica, isso que da sexualidade se organiza em dois momentos. Em um primeiro tempo, que se daria no complexo de Édipo, o sujeito é posto frente a duas direções para a sua sexualidade e as identificações se sobrepõem às internalizações, o que significa uma estruturação egóica. Os impulsos sexuais frente à interdição da Lei paterna, esta que chega ao sujeito pelo discurso da mãe, convocam-no a se posicionar na organização de suas escolhas sexuais, na relação com o objeto de desejo. Dá-se início a uma organização sexual estruturante, que sofre uma paralização devido à precariedade psíquica frente aos estímulos do desenvolvimento libidinal dirigido às genitálias e à reprodução.

Após a latência, ocorre o ressurgimento das pulsões sexuais em um corpo biológico já preparado para a reprodução. Contudo, esse é ainda um corpo enigmático, não sabido em sua potencialidade de prazeres e desprazeres, precário em sua representação psíquica. Ainda falta no plano psíquico uma elaboração sobre o que deseja esse corpo, que não é apenas biológico, no que se refere às suas escolhas objetais. O sujeito do inconsciente repete os conflitos sexuais da infância e reatualiza o complexo de Édipo; mais uma vez o sujeito é convocado a se haver com os conflitos sexuais e suas escolhas. Porém, diferente da infância, a adolescência é uma etapa que o sujeito pode reeditar o destino escrito pela dissolução edípica.

Assim, a partir de Freud (1905) a sexualidade já é estabelecida desde a infância. Nos primeiros tempos o bebê responde às demandas do corpo e no contato com a mãe esse corpo é erogenizado. No decorrer das experiências inseridas nesse corpo, e na separação dele com o seu cuidador, o eu se constitui a partir do recalque. Este representa o esquecimento de vivências que guardam uma ambiguidade de desprazer referido ao prazer, que nos primeiros tempos se dá na relação com a mãe e nas perdas que o corpo do bebê sofre ao ser satisfeito de forma sempre parcial. Para se tornar sujeito e assim desejar é necessário perceber a falta do outro, desejar objetos e se identificar com eles.

Em um segundo tempo o corpo sofre com o reconhecimento de um limite representado por uma terceira figura. Após o recalque secundário, um duplo esquecimento entendido como a aceitação da castração possibilita que a Lei seja introjetada. Com isso, é preciso renunciar ao desejo edípiano. Esse tempo de espera foi denominado latência, nele o sujeito investe sua energia libidinal em outros objetos para que no futuro possa escolher um objeto substituto.

Freud diz em 1925 em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* que somente analisando os acontecimentos do desenvolvimento sexual infantil e os efeitos de suas primeiras experiências é que poderíamos chegar

a compreender as forças motivadoras que conduziram à neurose e à constituição da vida adulta dos sujeitos, sendo a adolescência o período que inicia o processo de entrada na vida adulta. Isto porque o sexual se refere ao erótico, em que a busca é pelo prazer e pelo gozo e não pela reprodução biológica. Na sexualidade o erotismo se inscreve no corpo e esta inscrição é da ordem da fala e da linguagem.

O complexo de Édipo é o fenômeno central no desenvolvimento sexual da primeira infância. A dissolução é seguida pelo período de latência e não se sabe ao certo o que causaria sua dissolução. O complexo de Édipo se desenvolve em duas orientações, ativa e passiva, e isto se deve à bissexualidade constituinte do desenvolvimento sexual à herança cruzada decorrente da dupla identificação aos pais sendo que cada um combina em si características tanto masculinas quanto femininas. Com isso, o ideal masculino e o ideal feminino se mostram como construções teóricas incertas e que os seres humanos estão aquém (ou além) destes ideais (FREUD, 1996).

Na dissolução do complexo de Édipo, o narcisismo do eu se destaca e os investimentos libidinais direcionados aos pais como objetos sexuais são dessexualizados e sublimados em identificação. Com isso, o eu internaliza a autoridade dos pais formando o supereu, que possui a severidade proibitiva do incesto, impedindo o retorno do investimento libidinal direcionado aos pais.

Na latência a vida sexual é suprimida e essa supressão pode ser rompida pelo desenvolvimento regular da sexualidade ou por peculiaridades individuais. Durante esse período potencializam-se as forças anímicas que depois se desenvolverão como obstáculos da pulsão sexual dando a ela um curso direcionado. Chegou o momento de poder gozar do privilégio de ser adulto, porém a lei externa ainda proíbe a ascensão desse lugar privilegiado.

A história contada pelo complexo de Édipo é carregada de balizas que orientam a criança em direção ao apaziguamento das pulsões na relações com os objetos. Objetos que fazem surgir as possibilidades de prazeres e desprazeres na intensidade e na quantidade da energia que compõem o aparato psíquico e o que se entende por corpo na psicanálise. Essa direção é dada pela identificação com seus pais, compondo a subjetividade em seu teor cultural e de desejo. Depois desse momento a sexualidade segue seu curso de forma que a criança vai percebendo a insuficiência do saber dado por seus pais, pois assim seria com qualquer saber por não abarcar o pulsional da vida sexual. A partir disso, este que agora é adolescente tentará trilhar o seu caminho com outras construções sobre sua sexualidade em eterno desconhecimento, em sua errância.

Ao perder as suas certezas absolutas e seu lugar de fictícia superioridade o sujeito se surpreende com a sua condição de incompletude e o outro é reconhecido em sua diferença. Assim, o corpo em sua “[...] totalidade foi concebido como não suficiente e carente nas suas possibilidades de satisfação, precisando, pois do outro para mediar a satisfação de suas demandas eróticas” (BIRMAN, 1999, p. 33), e isso está posto para todos os seres de linguagem. Contudo, essa demanda de satisfação dirigida ao Outro encontra momentos de extrema exigência, não por acaso, mas em momentos em que o corpo impulsionado por uma energia sem direção é convocado a responder por meio de uma direção específica de satisfação. Nesse ponto o Outro

é a referência, mas o será em seu desejo.

Esse caminho de construção de um novo lugar, isso que se pretende ser realizado pelo adolescente, não é uma construção fácil, é em essência uma invenção de outro lugar, este que não lhe foi concedido.

A queda da idealização dos pais é um momento de sofrimento psíquico. O que se confirma na clínica no complexo nó entre os traços inscritos em sua experiência e sofrimento para tramar uma narrativa a partir deles. Apesar do sofrimento, a queda da idealização é necessária e não deveria acontecer sem apoio: há uma referência nessa nova construção de destinos. Esses destinos são marcados pelas instituições socializadoras, sendo que são elas a encaminharem os adolescentes mediante o discurso de não haver mais nada a ser feito.

Há no discurso dos adultos que encaminham uma ênfase nos atos dos adolescentes, normalmente tomados com transgressores, violentos e incontrolláveis, aproximando-se sempre de um teor patológico. Eles estariam adoecidos e suas invenções em atos não cabem na realidade compartilhada. Ou seja, as queixas referentes a atuações típicas como contrapor-se aos pais e a outras autoridades através de atitudes opostas são vistas como intoleráveis. O que faz surgir uma contraposição autoritária das instituições em uma tentativa de neutralizar o mal-estar característico da adolescência, que é a construção de um lugar próprio, de questionamento de padrões que antes, na infância, eram aceitos como a única possibilidade de ser.

A partir da escuta desses adolescentes é possível pensarmos que não apenas eles, mas essas instâncias também se encontram em conflito com sua própria função socializadora. Como poderiam servir de referência para esse sujeito quando não se questionam quanto à sua própria função? A saber, a de balizamento da experiência. É preciso que a vivência se transforme em função e possa alcançar a experiência. Pois o que sustenta a Lei é a possibilidade do sujeito poder circular pela linguagem, inventar-se na linguagem, já que não há um saber prévio sobre os modos de satisfação pulsional. Esse circular pela linguagem está entre a Lei e o que dela instaura o desejo, fazendo o sujeito se impulsionar pela fantasia.

Dessa forma, é imprescindível discutir o que seria essa referência e como esse mal-estar relatado pelos adolescentes passa justamente pela dificuldade de encontrar nas instâncias socializadoras, principalmente nas figuras parentais, um apoio psíquico, essencialmente fantasístico, para a construção de um novo modo de ser, a partir das experiências proporcionadas por esse novo corpo púbere que convoca o sujeito a lidar com o real do sexo.

Para a psicanálise, o nome dado a essa referência é função paterna. Uma função organizadora da vida pulsional que foi sendo construída ao longo da história da civilização. Segundo Freud em seu texto de 1914, *Totem e Tabu*, o mito da horda primeva, em que o pai onipotente é morto e devorado pelos filhos, baseia-se na imposição dos dois grandes tabus da humanidade: não matarás (o pai) e não cometerás o incesto.

A destruição do pai no real é um ato irreversível: mata-se o pai para barrar seu gozo absoluto, porém, ao passo que ganha-se uma suposta liberdade, perde-se

em proteção. Os filhos também são pulsionais e jogados à própria sorte, poderiam sucumbir também ao desejo dos outros irmãos. O pai que agora inexistente, então, é nomeado como aquele que barra o desejo de cada um e paradoxalmente começa a existir no psiquismo. Primeiro imaginariamente, como na forma dos totens, depois de forma internalizada com a formação superegoica:

O pai morto institui a Lei simbólica, impossível de ser destruída. Mesmo com a morte do pai sua função continua existindo e é isso que sustenta o mito de Édipo. A morte do pai funda um lugar de sujeito para o filho. (COSTA, 2010, p. 23)

O sacrifício do pai passará, então, a ser representado pelo sacrifício do totem: o substituto do pai. Há aqui uma realização de gozo na realidade: a morte real do animal. Entretanto, o simbólico já começa a ser inserido: há algo que representa o pai morto, ou seja, algo que só representa o mesmo, porque ele se fez faltoso após ser devorado.

Reverenciar a figura onipotente do pai através de seu representante o totem, trouxe intensos ganhos imaginários de proteção, abrigo e alívio à culpa. Por outro lado, recordar aquela figura odiada e morta significava que jamais se teria a presença do mesmo. (FUKS, 2003, p. 27)

Com a proibição do incesto, ninguém ousaria tentar ocupar o lugar do pai. Sendo assim, segundo Freud (1913-1914), gradativamente o azedume pelo mesmo diminuiu enquanto a saudade aumentou, permitindo surgir um ideal que corporificava o poder ilimitado do pai primevo e possibilitaria a submissão ao mesmo, exaltado a ambivalência em relação ao pai.

Freud, ao descrever a passagem da horda primeva a uma nova ordem social, demarca a passagem do imaginário para o simbólico. Os rituais de sacrifício postos em prática em uma relação ambivalente, entre os membros de uma horda e o pai detentor de todas as fêmeas, foram sendo internalizados no decurso da civilização. Há uma troca do ato pela fala, do remorso pela culpa, o que é repetido individualmente por todos os seres humanos. Essa é a construção do pensamento laciano do Nome-do-pai. Função que se estrutura a partir do recalque secundário, ou seja a partir da formação superegoica, como marca civilizatória que se repete para cada sujeito no reconhecimento da incompletude, da impossibilidade de satisfação completa da pulsão. Somente nessa relação de interdição ao gozo absoluto, na aceitação da falta, é que o desejo pode advir. O que se deu ao longo dos tempos, passa a ser repetido por cada sujeito, em sua inserção no campo da linguagem.

Assim, a introjeção da Lei pela criança, na composição do Nome-do-pai, dá-se a partir de um processo que Lacan (2005) descreve em três fases do complexo de Édipo: frustração, castração e privação. Todas as fases carregam em seu conteúdo uma noção fálica. Isto é, a frustração é referente à decepção da criança ao ver que não é, como a mãe havia desejado, seu falo. A segunda refere-se ao temor da castração e é nesta fase que se dá a inserção do pai na relação criança-mãe, de forma que a criança passa a reconhecer nesse sujeito uma figura temível, mas também a ser respeitada. Seria na terceira fase que a internalização dessa lei paterna se efetivaria, a partir do reconhecimento por parte do filho da potência do pai. A criança

internaliza um pai imaginário, isto é, alguém que não possui o falo, mas que possui algo com valor de dom, e que ela passará a buscar também.

É importante ressaltar que grande parte deste processo se dá em um nível simbólico, portanto está amparado pelo campo da linguagem, principalmente a da mãe. O pai descrito nestas fases é antes de tudo o homem que a mãe apresenta a essa criança em seu discurso, por isso fala-se em função paterna, porque não se diz de uma pessoa, mas de um discurso. Um discurso que move o imaginário, essa função do simbólico que por meio da fantasia faz circular as identificações como mais de uma possibilidade, ou seja, não fixa, do sujeito inventar o seu lugar entre as balizas das identificações frente às ameaças do real.

Lacan (2005) evita localizar cronologicamente as fases de constituição do Nome-do-Pai, mas pela experiência prática na clínica psicanalítica que foi observada neste projeto de extensão é possível dizer que a terceira fase, de privação, exerce uma grave instabilidade sobre boa parte dos adolescentes atendidos. É exatamente no que tange às identificações de forma efetiva com a lei, que fixa ao se apresentar fixa a saída é lutar contra ela, opor-se à mesma. Mas se apresentada em sua flexibilidade também fantasística, de relações que privilegiem a plasticidade e flexibilidade do simbólico, podem trazer construções de novos caminhos a vias que não são fugas, mas lugar de vir a ser.

Contudo, o conflito é inerente, pois é preciso reconhecer que aquela figura tão onipotente de antes, também não possui o falo, que a mãe já havia situado em seu discurso como tão importante. Por isso esse homem, para cumprir com sua função paterna, precisa se apresentar como alguém potente, isto é, mesmo sem possuir o falo ele possui algo que o fez conquistar a mãe, o que Lacan chama de dom, o que se aproxima da ideia de um certo encantamento, daquele que possui um certo poder de sedução.

É possível identificar em muitos casos a dificuldade do adolescente em ver o pai como uma figura de dom, uma vez que esse homem não cumpre bem sua função e não se apresenta como o sujeito potente que possui a mãe, mas sim como um fraco. Ampliando essa visão para o campo do social, o fato da maioria das queixas se apresentarem na escola e na família pode indicar uma falha dessas instituições e suas limitações em ocupar um lugar de referência e apoio a esse adolescente, o lugar de orientação discutido acima.

Tais instituições, além de não oferecerem segurança ao sujeito, culpabilizam o próprio adolescente patologizando conflitos que dizem de uma ineficiência da própria sociedade e suas instâncias formativas em transmitir uma lei que faça sentido aos mesmos. Dessa forma, quando o sacrifício em submeter-se às leis da sociedade não dá espaço para um mínimo de prazer, o sujeito se volta contra ela. As relações se tornam fonte de sofrimento para o sujeito que reage por meio da agressividade e negação da lei transmitida pelas instâncias que regulam a sociedade.

Em seu texto de 1923, *O Eu e o Id*, Freud estabelece uma relação entre o sentimento de culpa e o ato criminoso como uma descarga da energia excessiva causada por ele:

Nesse contexto a psicanálise nos permitiu descobrir que, para nossa surpresa, um aumento desse sentimento de culpa inconsciente pode também fazer com que um sujeito antes honesto se torne criminoso – e, sem dúvida, isso de fato ocorre. Em muitos criminosos, é possível demonstrar, principalmente entre os adolescentes, que já havia um poderoso sentimento de culpa antes de ser executado o ato criminoso, ou seja, que havia um sentimento de culpa que não é consequência, mas sim a causa do ato. Tudo ocorre como se o ato fosse um alívio, pois possibilita atrelar esse sentimento de culpa inconsciente a algo que é real e atual. (FREUD, p. 60, 1996)

Em um primeiro tempo, no excesso de energia provocado por um não saber que exclui sempre um tanto de realidade, o sujeito vive a angústia. Esta que provoca o recalque devido à sua incomensurabilidade. Em um segundo tempo, quando já introduzido em um mundo de linguagem própria, é possível reconhecer que lá já há culpa. A partir da culpa, pensemos no terceiro tempo como a reação a ela. A esse terceiro tempo temos qualquer possibilidade de construção sobre um não saber fazer com o incômodo, o mal-estar causado no conflito entre os interesses pessoais e os interesses sociais. Caso estivessem separados de forma tão clara seria mais fácil. Contudo a dificuldade se encontra no ponto em que o próprio e o social se compõem em uma concomitância subjetiva.

Por isso um não saber fazer com a energia que se qualifica na consciência como agressividade, que sempre virá em ato quando faltar a linguagem. Pois a linguagem em seu sentido geral expressivo, não apenas em palavras, distingue-se do ato por contornar de forma socialmente suportável esse excesso de energia que Freud aponta como a sexualidade. Esta compreendida pela psicanálise como uma construção languageira – forma de borderar a pulsão – sobre um corpo constituído por inscrições representativas no psiquismo, ou seja, não apenas biológico.

Assim, a adolescência retoma um conflito entre as figuras parentais. Questões se apresentam sobre a figura idealizada dos pais, o sujeito questiona sua origem e os desejos de um ideal de adulto depositados pelos seus cuidadores. A maioria das queixas aponta para comportamentos “antissociais” de adolescentes do sexo masculino: agressividade, instabilidade emocional e indisciplina. Isso pode indicar que certos atos considerados típicos do ser adolescente – como contrapor-se aos pais e a outras autoridades através da transgressão – são intoleráveis para instituições educativas como a escola e a família. Tais comportamentos podem ser compreendidos como tentativas dos adolescentes de lidarem com o tipo de lei que é transmitida e exigida em seu cumprimento pelas instituições formativas. Desta forma, é sinal de saúde um adolescente contestar as normas e as regras das instituições socializadoras como forma de comprovar se tais regras realmente possibilitam uma continuidade do laço social, promovendo um vir a ser adulto na sociedade sem a exclusão de sua condição de sujeito de desejo.

As queixas dirigidas aos adolescentes, em sua maioria, dizem de um comportamento antissocial. Todavia, pode-se compreender, ao longo dessa discussão, que tal oposição às instituições socializadoras, serve a um movimento complexo que aponta para a possibilidade de reeditar a história do sujeito na manutenção de seu desejo. Isso por meio de fantasias que começam a tomar uma certa independência dos ideais paternos. A partir da compreensão desse momento delicado e

de efeitos de sofrimento para o adolescente é que se torna possível pensar a clínica individual que prioriza a escuta do adolescente, pela atenção flutuante que somente é sustentada se houver espaço para a fala do sujeito.

Partindo da compreensão acerca de um desconhecimento sobre o seu destino e de uma cobrança social acerca dos encaminhamentos sobre o mesmo, é possível pensar em aproximações menos defensivas e rígidas do lugar em que esse adolescente se encontra, sofre e reclama por outra condição. Assim, as queixas que motivam os encaminhamentos desses adolescentes, pela escola e pelo hospital, apresentam uma certa rigidez que pode até mesmo justificar as defesas de um ser acuado, porque estigmatizado pelas formas que encontra para enfrentar seus conflitos. A nomeação do comportamento do adolescente por meio de signos patológicos, como o Transtorno de Hiperatividade e Déficit de Atenção, não possibilita a aproximação do que lhe causa o sofrimento, antes de organizar essa forma defensiva. A proposta do projeto contempla uma outra perspectiva na qual, por meio da escuta da narrativa do adolescente frente as situações conflitantes, ele poderá encontrar um espaço para falar de fato de seu sofrimento antes de ser julgado por seus atos socialmente inábeis.

O fato da maioria dos acolhidos serem encaminhados por instâncias formativas pode indicar também um desconhecimento, por parte da população, dos serviços prestados pelo CEPEA, já que demandas espontâneas são raras. Mesmo que ocorra pouca demanda espontânea ao atendimento psicológico, pode-se afirmar que há um grande número de procura da sociedade por atendimento. Independente dos equívocos nesta busca, como a escola que espera que o psicólogo corresponda a um posicionamento adaptativo do adolescente dito problemático, é possível ocorrer um tratamento individual com uma concepção de adolescência, para além do senso comum e para além da patologização, que o coloque numa posição de adoecimento, ou de delinquência, o que normalmente as instituições socializadoras fazem.

Porém, mesmo sendo uma demanda alheia, inicialmente externa ao desejo do adolescente, a proposta de tratamento aqui apresentada preza o desejo do adolescente. Portanto, só ocorre atendimento se for de seu consentimento. A partir do momento em que ele confirma o desejo de falar de si naquele espaço, o passo seguinte é possibilitar que ele elabore a sua narrativa retomando aspectos importantes e relevantes de sua vida, assim como fatos do seu cotidiano. Frequentemente essa narrativa é marcada pela contrapartida de sua queixa perante a própria instituição que o encaminhou ao tratamento. Nesse sentido, a proposta clínica não objetiva dar respostas a essas instituições e sim ao desejo do adolescente. Escutar as queixas e conflitos do adolescente sobre as instituições e as leis que o sobrepujam é a proposta que dá início à escuta dessa equipe. Portanto, não é uma proposta adaptativa e sim um compromisso entre o desejo do sujeito, suas possibilidades e seus limites na realidade. O que se trata de uma construção subjetiva de variados caminhos em direção à construção de laços sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a execução do projeto de extensão surgiu a necessidade de trabalhar com as famílias dos adolescentes, mas não como uma terapia familiar, e sim

oferecendo orientações, ou atendimento, aos pais, uma vez que o sintoma trazido pelo adolescente remete a um sintoma que se constituiu no seio da própria relação familiar. É importante ressaltar que todos os casos são discutidos pela equipe durante as supervisões semanais, o que enriquece a discussão dos mesmos, além de proporcionar aos participantes da extensão um momento formativo.

Constatou-se, também, que o público atendido pelo CEPEA, advém, em sua maioria, de uma classe de baixa renda, donde se desmistifica a impossibilidade de atendimento da população economicamente desfavorecida a partir do método psicanalítico. Assim, fica a crítica a essa posição, já que durante o percurso do projeto de extensão mostrou-se possível uma prática de clínica individual, sustentada na escuta do sofrimento de um sujeito perdido na busca de algo que lhe dê suporte na passagem para a fase adulta. O acompanhamento às elaborações realizadas pelo adolescente a partir de seu sofrimento retira-o de uma condição de alienação para uma condição de sujeito de desejo, dando voz a um sujeito subtraído apenas às suas necessidades básicas, sem o direito de sofrer e ser escutado, respaldado, extraído de uma condição de abandono simbólico, como se refere Quinet (2002, p. 83-84):

A entrada na cultura implica que a necessidade passe pela linguagem, arrancando o dinheiro do registro do imediato da necessidade. A própria noção de dinheiro já denota a troca de objetos e bens marcados pela simbolização: o dinheiro só existe em função da linguagem. Dizer que pobre não pode fazer análise é tratá-lo como um animal, situando sua questão de dinheiro apenas no registro da necessidade. Na verdade o rico é mais inalisável do que o pobre, se chamarmos de rico aquele que não tem falta.

Por que, então, o método psicanalítico para sustentar a fala do adolescente de baixa renda, já que este supostamente é tomado por um método pensado apenas em clínicas particulares e proposto apenas para abastados? Porém, segundo os estudos dos artigos técnicos de Freud, em vários momentos sobressai a afirmação de que há apenas uma única regra para ocorrer a análise: a associação livre. Portanto, sustentado na regra fundamental da psicanálise, a associação livre, torna possível uma clínica que escute o sofrimento do adolescente perante outras instituições, independente de sua condição financeira. Pois, para haver a associação é necessário apenas o espaço de escuta e um saber fazer com as orientações técnicas – saber não ensinado, mas vivido na análise pessoal – que permita o encadeamento dos significantes, o que independente da classe econômica.

Assim, o que é o dinheiro para a clínica psicanalítica? Seria somente o dinheiro em si? Ou seria uma condição para impor a presença do sujeito barrado (\$), o sujeito do inconsciente? Para o psicanalista Quinet, em seu livro *As 4 + 1 condição da análise* (2002), o dinheiro é pensado não como um salário base para sustentar o analista e sim em sua singularidade, pois diz do sintoma daquele que se apresenta para associar livremente perante a escuta flutuante. Funciona como ponto de conflito na transferência, que se referiria ao investimento e à economia libidinal investida no processo analítico.

O quanto custa para o sujeito o processo terapêutico, diz de seu investimento, uma posição da libido no furo de uma satisfação constante como em deixar de jogar videogame, ou em pegar mais de dois meios de transportes públicos, é uma

troca de investimento do sintoma que lhe é tão caro e confortante. Um investimento financeiro e de tempo, pois em sua maioria os pacientes do Centro enfrentam grandes deslocamentos geográficos para o centro da cidade.

De que investimento fala-se, senão do investimento libidinal. É a economia libidinal que fará com que esse deslocamento aponte para o desejo do adolescente e o valor que ele atribui ao processo, traduzido em transferência. Desta forma, o investimento do tempo e do deslocamento do adolescente se apresenta como desejo de análise, poder associar perante uma escuta do inconsciente, e assim dizer do sofrimento além da repressão das instituições socializadoras que os caminharam, e porque não (re)elaborar os conflitos de ser um adolescente.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. Erotismo, desamparo e feminilidade. In: _____. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Calligaris, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

COSTA, Teresinha. **Édipo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010. p. 86.

FREUD, S. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Totem e tabu (1913-1914). In: _____. **Obras psicológicas completas**. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O ego e o ID (1925). In: _____. **O ego e o ID e outros trabalhos**. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUKS, Betty Bernardo. **Freud e a cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p.72.

LACAN, Jacques. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 93.

QUINET, Antonio. **As 4+1 condições da análise**. 9. edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

ALMEIDA, Marcela França de; ALMEIDA, Fernanda; ROSATTO, Jaquelyne; SILVA, Laiury; GUERRA, Mariah; SEGATTO, Marialice; SANTOS, Kézia. Intersecção entre psicanálise e atendimento público: o atendimento psicológico aos adolescentes do CEPEA/UFG. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 110-122, ago./dez. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.